

SOBRE O DIREITO DE APRENDER NA ESCOLA**Marta Sorvi dos Santos****FIOCRUZ/ UNIABEU**

RESUMO: Neste artigo procuramos refletir sobre o direito das crianças e adolescentes a uma educação de qualidade, considerando uma situação de complexidade que envolve hoje as escolas públicas brasileiras, as famílias e a sociedade em geral. Tal quadro de problemas tende a formar uma espécie de círculo vicioso do fracasso escolar no qual crianças com mais de nove anos de idade demonstram ainda não terem conseguido sequer se alfabetizar.

Palavras-chave: direito da criança e do adolescente; educação; fracasso escolar

ABSTRACT: This article reflects about the rights children and adolescents have to a more complete kind of education in which they can read, count and learn many other things that are extremely necessary to their future. We are considering the complex situation that involves the public schools, families and the society as a whole. With so many problems that are not being solved, the number of children and adolescents with more than nine years old which are not even reading is increasing a lot.

Key words: children's and adolescents' rights; education; failure at school

1. Descompassos na formação da criança: a vulnerabilidade na infância e na adolescência é uma questão de educação, saúde e direitos humanos.

A infância e a adolescência representam fases de fundamental importância na vida do ser humano. Há determinadas conquistas e experiências que acontecem num dado momento de nossa infância ou de nossa adolescência. É uma questão de tempo. Tempo de mamar no peito da mãe, de aprender a andar, de aprender a falar, de aprender a ler. Algumas aprendizagens são quase instintivas, outras, porém, são culturais. Mais tarde vem o tempo de fazer pesquisas em grupo ou na biblioteca, tempo de paquerar, de estudar para um concurso.

Para que façamos essas conquistas, precisamos ter alguém em casa (pai, mãe, uma tia(um tio) ou avó(avô) que nos dê um mínimo de referencial de vida, garantindo assim nossa estrutura emocional. A escola será nossa parceira nessa jornada, nos dando toda a formação e informações necessárias.

Diante das adversidades enfrentadas hoje nas grandes cidades, onde a violência impera, os valores se perdem, as famílias se desagregam, as dificuldades financeiras e o medo se instalam na vida das pessoas, a situação de vulnerabilidade em que normalmente se encontram crianças e adolescentes torna-se muito maior.

Quando a criança vai para a escola hoje, muitas vezes não carrega mais consigo aqueles referenciais que antes eram conquistados ainda no seio familiar. Os pais, por motivos diversos, muitas vezes não conseguem sequer apresentar o mundo a seus filhos.

A maioria dos alunos a que nos referimos chega às escolas sem condições mínimas de higiene, vivem nas áreas de risco da cidade, convivendo com a violência doméstica, muitos em situações de traumas psíquicos graves, sem nenhum atendimento psicológico.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz em seu artigo XXV: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, Viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especial. Todas as crianças nascidas dentro e fora de matrimônio gozarão da mesma proteção social.”

No capítulo I, artigo 7, do Estatuto da Criança e do Adolescente está escrito: “ A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. Ainda no Capítulo I do Estatuto, artigo 11: “É assegurado o atendimento médico à

criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção e recuperação da saúde”.

Sabemos, contudo, que, em nosso país, um tempo enorme transcorre entre a aprovação de uma lei e o momento em que ela passa a fazer parte do dia-a-dia dos cidadãos. Nos últimos tempos, a escola tem sido uma espécie de termômetro da situação vivida por crianças e adolescentes de uma forma geral. Alunos e responsáveis, muitas vezes, consideramos professores e a direção das escolas como confidentes. Desabafam, falam sobre situações que ocorrem nas comunidades, sobre as quais normalmente não poderiam estar falando. Humilhações, torturas, abusos de toda ordem. Portanto, na escola, parecem experimentar uma situação breve de alívio, de pelo menos estarem sendo ouvidos. É frequente que crianças ou responsáveis peçam ajuda. Mas os professores, quase sempre se vêem impotentes diante da complexidade das situações apresentadas. Muitas situações constituem claramente violação dos direitos humanos, como o caso de crianças vivendo sozinhas, sem a tutela de um responsável legal, situações de torturas, exploração do trabalho infantil, violência doméstica, abuso sexual com menores, entre outras.

Quem trabalha em escola pública provavelmente sabe que é comum vermos bebês que são levados no colo por seus irmãos ainda pequenos, como se fossem bonecos. Não raro são espancados pelos pais ou pelos irmãos, já irritados com tantas responsabilidades que lhes são impostas desde cedo. Na década de 70, a chamada síndrome do bebê espancado foi reconhecida como um problema grave, primeiro nos EUA, depois no Canadá¹. Se desde cedo, em vez de carinho e cuidados especiais, tempo para brincar, as crianças têm sofrido todo o tipo de problemas, como poderão progredir na escola sem dificuldades?

Visto que a situação de alunos que têm apresentado dificuldades para aprender tem aumentado muito ano a ano, é preciso acompanhar a situação em forma de pesquisas, partindo da análise de depoimentos dos atores envolvidos

¹ MINAYO, 1999.

(alunos, professores, responsáveis e especialistas que atendem as crianças), a fim de encontrarmos pistas que nos mostrem quais são os caminhos possíveis.

É preciso, contudo, acreditarmos na possibilidade da mudança, como nos alertava Paulo Freire. Tem sido comum que alunos com mais de nove anos, às vezes com 14 ou 15, ainda não tenham conseguido alfabetizar-se. Nenhum problema de ordem neurológica é constatado. A mãe volta para a escola com um laudo que afirma que seu filho não tem nada. Muitos professores não se conformam e acabam rotulando a criança com pseudodoenças. O que se pode perceber é que não há problema clínico de fato, mas há uma falta de saúde no Brasil, em seu sentido mais amplo, conforme texto da Organização Mundial da Saúde na Carta de Otawa e pela Constituição Brasileira de 1988 em seu capítulo sobre Seguridade Social. Como destaca Minayo, os temas desenvolvidos são:

- (a) a questão das políticas sociais, dentre as quais se destaca a de saúde; (b) a problemática ambiental; (c) um panorama sobre o desenvolvimento da biologia e sua relação com a saúde; e (d) a dinâmica de organização e de prestação de serviços de saúde à população. O texto termina colocando algumas tendências de curto e médio prazo para a construção social da saúde na sociedade brasileira.²

Se os educadores não incluírem em seu planejamento estratégias que possibilitem aos alunos situarem-se no tempo e no espaço, muitos se perderão no caminho, apresentando inúmeras dificuldades. Ainda que planejemos, é preciso entender que a situação apresenta-se hoje muito mais complexa e será um grande desafio para a Educação reverter este quadro, pois este tem se apresentado de forma alarmante como mostram os dados do INEP em 2007 sobre o analfabetismo funcional, revelando que 35% dos analfabetos funcionais já frequentaram escola. Para Forgiariani e Silva:

O fracasso escolar tem desencadeado uma série de problemas nas escolas, como: a indisciplina; certa descrença, tanto de alunos quanto de pais, no que se refere a esta instituição; não

² MINAYO, 2004, p.1.

comprometimento de parte dos docentes com uma educação de qualidade, talvez por uma deficitária formação ou até mesmo por não estarem claros, para a maioria dos educadores, os objetivos da escola pública hoje. Alegando não ter como ensinar crianças que não querem aprender, atribuem, muitas vezes, a culpa ao aluno ou a fatores externos à escola. A impressão que temos é que não sabemos para onde estamos indo e nem o que queremos, enquanto profissionais da educação.³

Não tratamos neste artigo de criticar nenhuma metodologia ou forma de organização escolar. Acreditamos mesmo que avanços importantes foram feitos nesta área. Não se trata também de fazer uma apologia à pedagogia tradicional, o que representaria um retrocesso em nossa forma de pensar a educação. O que queremos refletir é sobre a situação que se formou e discutir possíveis saídas. Como enfrentar os problemas que se criaram em torno da escola e que estão, de certa forma, causando uma espécie de “paralisia”. As crianças e jovens hoje matriculados estão a cargo de sua própria sorte. Se estudam numa escola em que existe um projeto político pedagógico, em que os professores apresentam uma formação consistente e também uma consciência de seu compromisso com a educação, as coisas vão bem; caso contrário, como parece acontecer em grande parte das escolas, as coisas vão mal, os índices são sempre muito baixos quando se referem ao aprendizado e os alunos ficam prejudicados em sua vida futura, desqualificados para o mercado de trabalho. Que estratégias podem ser pensadas, então, para garantir a qualidade do trabalho escolar a todas as crianças brasileiras?

As diretrizes do MEC explicitam cinco competências na proposta de formação escolar: domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, construção de argumentações, solução de problemas e elaboração de propostas (PCN - ensino médio). Estes são os pontos referentes ao ensino médio. No entanto, para chegar a esse estágio, a base deverá ter sido feita no ensino fundamental. Mas não é o que tem acontecido. As dificuldades não estão sendo

³ Forgiarini e Silva, 2007, p.2.

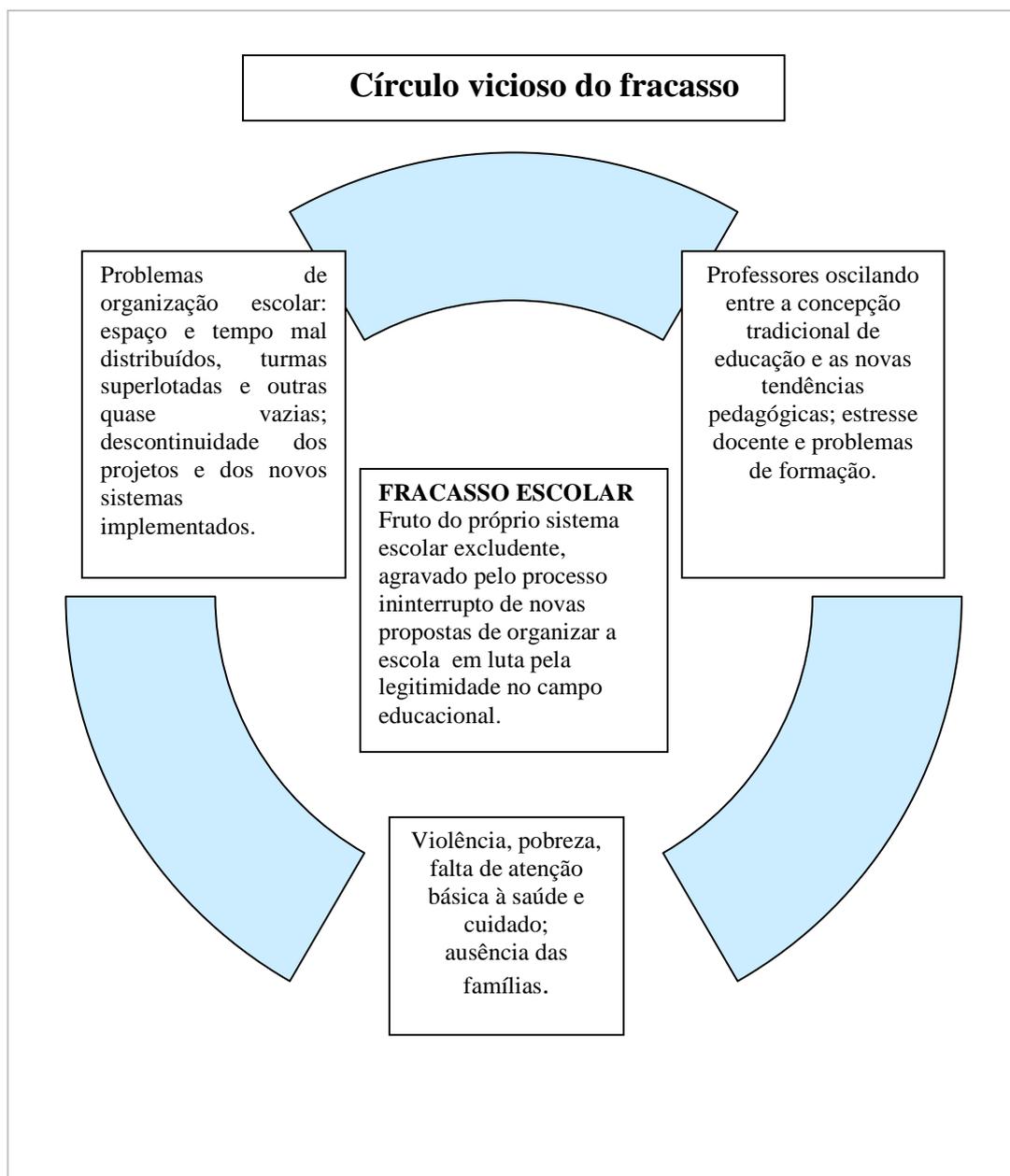
superadas pelos alunos na etapa anterior, apesar do sistema de progressão continuada, visto que muitos chegam a levar quatro ou cinco anos para se alfabetizar. Suas dificuldades parecem estar se acumulando ano a ano. Não há justificativa para tal situação, uma vez que os mesmos alunos que não estão conseguindo aprender na escola têm aprendido muitas outras coisas fora da escola, tais como soltar pipa, ajudar aos pais a vender produtos fazendo o troco, entre outras. Segundo Zacharias:

(...) as competências/habilidades são inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos; as competências se constituem num conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos da vida; habilidades se ligam a atributos relacionados não apenas ao saber-conhecer, mas ao saber-fazer, saber-conviver e ao saber-ser; as competências pressupõem operações mentais, capacidades para usar as habilidades, emprego de atitudes adequadas à realização de tarefas e conhecimentos.⁴

A escola não pode, portanto, ignorar o fato de que esses alunos têm o direito à aquisição de habilidades, competências e conteúdos necessários para sua vida futura. Quando falamos na escola não estamos nos referindo somente ao professor, mas à instituição, indagando: que escola tem sido essa na qual os alunos não aprendem?

Vejamos o quadro a que denominamos de círculo vicioso do fracasso que faz parte de nossa pesquisa recente de doutorado intitulada: “O fracasso escolar no discurso dos professores do ensino fundamental de escolas municipais do bairro da Penha, Rio de Janeiro.”

⁴ Zacharias, 2009, p.1.



Considerando o processo de alfabetização, aquela etapa básica pela qual passa qualquer aluno do ensino fundamental, hoje localizada nas séries iniciais, entendemos que tal processo tem continuidade ao longo da vida do sujeito que irá alfabetizar-se também em diversos outros campos além da língua materna, tais como nas linguagens científicas, na informática, nos idiomas, entre outros. Mas há uma necessidade que todo cidadão tem de poder expressar-se de modo compreensível, de acordo com as regras ortográficas, gramaticais, na forma oral e

escrita da língua falada em seu país. Esse é o processo que lhe dará as ferramentas necessárias para entender e interpretar outros conhecimentos, de diversos campos que vier a estudar. Percebe-se, no entanto, que este processo inicial não vem ocorrendo no tempo previsto, que seria o das séries iniciais. Tem sido cada vez mais frequente a presença de alunos que, no sexto ano do ensino fundamental (antiga quinta série), não conseguem interpretar um enunciado e apresentam dificuldades tanto para ler quanto para escrever um pequeno texto. A situação que se apresenta hoje, na qual encontramos adolescentes que não estão lendo e escrevendo como seria esperado em sua idade, faz com que tenhamos que repensar o universo do ensino fundamental.

Segundo Torres⁵, o movimento de ampliação do acesso das classes populares à escola não foi acompanhado por uma reorganização desta instituição, em função das mudanças. Ainda, segundo Torres, tal reorganização envolveria o espaço físico, a formação e valorização dos professores e demais recursos materiais e humanos pertinentes a qualquer processo de ampliação.

Defendemos a idéia de que somente num processo de discussão permanente com os professores será possível implementar mudanças reais que visem melhorar a qualidade do trabalho escolar. O chamado processo de “formação continuada” deve ocorrer, portanto, no debate direto com os profissionais envolvidos, considerando-se os dilemas trazidos pelos professores nos momentos de estudos e discussões, a fim de que possa valorizar mais a pesquisa, para que passe a ser vista como suporte de seu trabalho e não como algo ilusório, na forma com que ainda é vista por muitos como algo acima das possibilidades pedagógicas. Importa observar, neste sentido, o que dizem os professores a respeito do cotidiano escolar, considerar suas posições e formas de enfrentar os impasses.

Quanto às novas propostas de organização, tais como ocorreram as propostas da organização em ciclos de formação, nos remetemos a reflexões já

⁵ TORRES, R. Democratização para além do acesso. *Rev. Poli - saúde, educação e trabalho*, ano II, n.8- Nov./Dez, 2009

feitas por Miranda⁶, quando afirma suas preocupações diante de tais propostas, quando estas se dirigem a uma rede inteira de ensino sem o entendimento de se tratar de uma ampla “reforma de base”. A pesquisadora cita o posicionamento cauteloso de Philippe Perrenoud, cujas concepções têm sido referência de reformas educacionais em vários lugares do mundo. Ele se mostra apreensivo diante da idéia de implantar-se o ciclo de forma sistemática, afirmando que “ainda não somos capazes de fazê-los funcionar promovendo uma ruptura clara e definitiva”⁷. Miranda também constatou em sua pesquisa que, na quase totalidade dos estudos sobre o tema, predomina uma tendência em se promover mudanças na organização e na cultura da escola, sem a modificação dos condicionantes estruturais.

Os novos conceitos e terminologias em educação devem ser mais discutidos entre os professores, que também podem buscar a participação das universidades para este debate, assim como a participação, no projeto, de toda a comunidade escolar, por enquanto, fruto de histórias isoladas.

Certamente uma opção por este caminho terá de considerar os problemas na organização escolar e os baixos salários que dificultam a educação permanente do professor – sim, o educador também precisa ser educado – e torna-se resistente a mudanças em sua prática pedagógica. A forma atual da organização escolar não possibilita a formação do professorado compatível com as necessidades diversas das crianças e jovens que lá estão. Mas esta forma não é um obstáculo intransponível, como aquelas escolas que mantêm com um projeto político pedagógico em constante discussão demonstram.

⁶ MIRANDA, MG. Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. *Educação & Sociedade*, v. 26, n.91 Campinas, maio/ago, 2005.

⁷ Perrenoud, 2004, p.8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 19, Lei 8069 de 13 de Julho de 1990.

FORGIARIANI, SAB; Siva, JC. Escola pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica. Artigo apresentado no Simpósio de Educação, XIX Semana de Educação-UNIOESTE, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. RJ: Paz e Terra 1997.

MIRANDA, MG. Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. *Educação & Sociedade*, v. 26, n.91 Campinas, maio/ago, 2005.

PCNS-Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC, Brasil, 1997.

PERRENOUD, P. *Os ciclos de aprendizagem*: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TORRES, R. Democratização para além do acesso. *Rev. Poli - saúde, educação e trabalho*, ano II, n.8- Nov./Dez, 2009.

ZACHARIAS,VLC. Habilidades e competências. Texto do site do Centro de Referência Educacional - consultoria e assessoria em educação. Disponível em: www.centrorefeducacional.com.br, p. 1, 2009.